

DIREITO E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

Neste curso será abordado as principais diretrizes internacionais de meio ambiente, sobre a Legislação Ambiental na Constituição Federal e Estadual, a Legislação específica sobre as unidades de conservação, poluição e licenciamento ambiental.

OBJETIVO

Análise da legislação ambiental que regulamentam a relação do homem com o território e o meio ambiente que o integra e a política nacional do meio ambiente.

METODOLOGIA

Concebe o curso **DIREITO E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**, numa perspectiva de Educação a Distância – EAD, visando contribuir para a qualificação de profissionais de educação que atuam ou pretendem atuar na área.

Código	Disciplina	Carga Horária
127	Direito e Legislação Ambiental	15

APRESENTAÇÃO

Política e Legislação Ambiental. Política Nacional de Meio Ambiente. Legislação Ambiental na Constituição Federal e Estadual. Diretrizes internacionais de meio ambiente. Meios administrativos e judiciais de proteção ambiental. Legislação específica: unidades de conservação, poluição e licenciamento ambiental. Resoluções do CONAMA. Impacto, dano, culpa, responsabilidade e indenização. Áreas de preservação.

OBJETIVO GERAL

- Análise da legislação ambiental que regulamentam a relação do homem com o território e o meio ambiente que o integra e a política nacional do meio ambiente.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Reconhecer as principais diretrizes internacionais de meio ambiente;
- Posicionar-se sobre a Legislação Ambiental na Constituição Federal e Estadual;
- Argumentar a Legislação específica sobre as unidades de conservação, poluição e licenciamento ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE SISNAMA COMPETÊNCIA DO CONAMA CONDIÇÕES ATENUANTES E AGRAVANTES INSTRUMENTOS DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DIREITO DE PETIÇÃO DIREITO DE CERTIDÃO LICENÇAS AMBIENTAIS LICENÇA PRÉVIA - LP EIA/RIMA AUDIÊNCIA PÚBLICA INSTITUIÇÕES DE CONTROLE DO MEIO AMBIENTE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS ATIVIDADES MODIFICADORAS DO MEIO AMBIENTE VANTAGENS DA AIA INCERTEZAS DA AIA CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DESCRIÇÃO DO PROJETO E SUAS ALTERNATIVAS DETERMINAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO IDENTIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DOS IMPACTOS AMBIENTAIS ESTUDO E DEFINIÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS PROGRAMAS DE GERENCIAMENTO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS MÉTODOS APLICÁVEIS CLASSIFICAÇÃO DAS TÉCNICAS DE AIA MÉTODOS "AD HOC" OU ESPONTÂNEOS CHECK LIST OU LISTAGEM DE CONTROLE MATRIZES SOBREPOSIÇÃO DE MAPAS DIAGRAMAS / REDES DE INTERAÇÃO MODELOS DE PREDIÇÃO GERENCIAMENTO AMBIENTAL (ISO 14.000) ISO 14.000 - GESTÃO AMBIENTAL SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL - SGA AUDITORIA AMBIENTAL AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO AMBIENTAL ROTULAGEM AMBIENTAL ANÁLISE DO CICLO DE VIDA ASPECTOS AMBIENTAIS DE NORMAS DE PRODUTOS ECOPRODUTOS E O CONSUMIDOR 'VERDE' AS 17 LEIS AMBIENTAIS DO BRASIL

REFERÊNCIA BÁSICA

AMORIM, Carpena. A reparação de dano decorrente do crime. Rio de Janeiro: Espaço Jurídico, 2000. MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. 11.ed. Ver. Atual, São Paulo: Malheiros Editores, 2003. NARDY, A. SAMPAIO, J. A. L, WOLD, C. Princípios de direito ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

RODRIGUES, Marcelo Abelha, (2002). Instituições de Direito Ambiental. Vol. I. São Paulo: Max Limonad. ROMERÓ, M. A.; BRUNA, G. C. (Eds.). Curso de Gestão Ambiental. Barueri: Manole, 2004. SILVA, José Afonso. Direito Ambiental Constitucional. 4 ED. São Paulo: Malheiros, 2003 _____, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. WAINER, Ann Helen. (1999). Legislação ambiental brasileira: subsídios para história do Direito Ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense.

PERIÓDICOS

GRECO, Leonardo. (2006). A Busca da Verdade e a Paridade de Armas na Jurisdição Administrativa - Revista CEJ, Brasília, n. 35, p. 20-27, out./dez.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 6,0 (seis) pontos, ou seja, 60% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Alunos concluintes do ensino médio; Estudantes de graduação e pós graduação; Educadores e pessoas interessadas pelo tema proposto.